



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

1 ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
2 DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)
3

4 Aos vinte seis (26) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e
5 um (2021), às quinze horas (15h00), através de vídeo conferência pelo
6 endereço

7 eletrônico:

8 <https://us02web.zoom.us/j/84441323954?pwd=M1pBTm9WU2NwR>

9 TJXTktidzNBWIVkdz09 ID da reunião 844 4132 3954, senha de

10 acesso: 215468, foi iniciada a vigésima primeira Reunião de

11 Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do

12 Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Dados Epidemiológicos da

13 Pandemia COVID-19; Dados Sobre a Ocupação de Leitos na Rede

14 Hospitalar Pública e Privada do Estado do Amapá; Gases

15 hospitalares fornecimento para rede de estabelecimentos de saúde

16 Pública no Estado do Amapá; Plano de Vacinação do Estado do

17 Amapá Contra Covid-19; Exames Laboratórios para COVID na Rede

18 Hospitalar Pública no Estado do Amapá: Tipo, fluxo e prazo. Foi

19 feita a abertura da reunião pelo Desembargador Carlos Tork,

20 Presidente do Comitê Estadual da Saúde - Judiciário, com a

21 verificação dos participantes presentes na sala virtual: **Sr.**

22 **Leonardo Hernandez**, Juiz Titular da 5ª Vara Federal-Juizado

23 Especial Federal; **Sra. Marcylyne Ribeiro**, Diretora do Centro

24 Judiciário de Conciliação da Justiça Federal Amapá; **Sr. Alcedir**

25 **Rigelli**, do Hospital São Camilo; **Sra. Joana Leão**, da UNIMED; **Sr.**

26 **Idelfonso Silva**, Representante do Conselho Estadual de Saúde -

27 CES; **Sr. Jose Mauro Secco**, da Associação Médica Brasileira -

28 AMB-AP; **Sra. Alcilene Furtado**, Sindicato dos Trabalhadores da

29 Saúde do Amapá (Sindsaúde); **Sra. Alice Leite**, Coordenadora da

30 Procuradoria do Trabalho no Município de Macapá; **Sr. Kleverton**

31 **Siqueira**, Enfermeiro representante da Subsecretaria da saúde de

32 Macapá; **Sr. Eduardo Monteiro** - Representante do Conselho

33 Regional de Medicina - CRM; **Sr. Eduardo Navarro** - Juiz titular da

34 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de

35 Macapá - TJAP; **Jane Betânia**, Presidente da Associação dos Pais e

36 Amigos dos Autistas do Amapá - AMA-AP; **Sra. Karlene Lamberg**,

37 Secretária Municipal de Saúde do Município de Macapá - AP; Luciano

38 Casali - Secretário Adjunto de Gestão e Planejamento da Saúde do

39 Amapá **Sra. Larissa Oliveira**, da Ordem dos Advogados do Brasil

40 (OAB-AP); **Sra. Leila Silva**, Secretária Adjunta da Secretaria

41 Estadual de Estado da Saúde (SESA); **Sra. Maracy Andrade**,

42 representando a Secretaria de Estado da Saúde (SESA); **Sra.**

43 **Maribel Nazaré**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para

44 Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Ronaldo Dantas Melo** do Núcleo

de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sr.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

45 **Juan Mendes da Silva**, Secretário Estadual de Saúde – SESA-AP;
46 **Sr. Simão Tuma**, Procurador da Prefeitura Municipal de Macapá-
47 AP; **Sr. Wueber Duarte Penafort**, do Ministério Público do Estado;
48 **Sr. Dorinaldo Malafaia**, da Superintendência em Vigilância da
49 Saúde (SVS); **Sr. Eliezer Viterbino**, Representante da
50 FECOMERCIO; **Sra. Iracilda Costa**, Diretora Executiva da
51 Vigilância em Saúde; **Sr. Sandro Mendes** – Subsecretário de
52 Vigilância em Saúde do Município de Macapá; **Sra. Sílvia Elena**
53 **Dias Martuchi**, da Universidade Federal do Estado do Amapá
54 (UNIFAP); **Sra. Emília Pimentel**, Representante do Conselho
55 Regional de Enfermagem – COREN; **Sra. Caroline Souza**, Gerente
56 jurídica Regional Norte - White Martins; **Sr. Luis Couto**, Gerente
57 jurídico White Martins; **Sr. Wilton Ferreira** - Gerente Executivo de
58 Negócios para o Pará/Amapá e Maranhão; **Sr Miguel Gimenez**,
59 Gerente de Assuntos Regulatórios. Ausentes de forma justificada,
60 o **Sr. Roberto Bauer**, do Ministério da Saúde no Amapá e **Sr.**
61 **Rodrigo Pimentel**, da Procuradoria-Geral do Estado -PGE-AP. Após
62 a apresentação da pauta e dos esclarecimentos iniciais pelo
63 Desembargador Carlos Tork, a reunião iniciou-se com informações
64 do Sr. Luis Couto, da empresa White Martins, disse que a realidade
65 do Amapá não representa a mesma do Amazonas, visto que no
66 estado do Amazonas existe dificuldade geográfica, que o consumo
67 de oxigênio naquele estado foi surpreendente, pois consumiam 10
68 mil metros cúbico e atualmente estão no patamar de 70 mil metros
69 cúbicos, que a empresa foi pega de surpresa, pois não foram
70 alertados do aumento na demanda, mas que conseguiram
71 estabilizar com ajuda do governo federal, destacou que não
72 visualiza isso acontecer no Amapá, que o consumo no Estado esta
73 encontra-se regular, que não tem apresentado picos, a menos que
74 o Estado os notifiquem no aumento do consumo, que no Amapá não
75 tem produção de oxigênio, que as duas plantas estão em Barcarena
76 e Maranhão, mas que o transporte para o Amapá não tem problema
77 como o vivido por Manaus, que as carretas chegam diariamente,
78 que se houver crescimento precisam ser notificados com
79 antecedência para poderem se antecipar, que o consumo esta alto,
80 a variação é pequena, que a situação é confortável. Ato continuo o
81 Sr. Miguel Gimenez disse que é importante que o governo
82 disponibilize com antecedência informações caso ocorra aumento no
83 número de leitos de UTI. Na oportunidade Desembargador
84 questiona Sr. Wilton se receberam informações relacionadas ao
85 aumento de oxigênio. Em resposta Sr. Wilton diz que não. No ponto
86 a Sra. Maraci informou que esta como Diretora do HU, disse que em
87 relação a gasometria o HU possui dois gasômetros que atendem a
88 UTI, que amanhã irão abrir mais 7 leitos de UTI e que há previsão

Juan Mendes da Silva
Eliezer Viterbino



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

89 de mais 30 leitos, que no momento não identifica risco de
90 desabastecimento, que a responsabilidade pelo oxigênio para o
91 Hospital de Campanha será a SESA. Na oportunidade Sr. Wilton
92 informou que o consumo do Amapá é de aproximadamente 41 mil
93 metros cúbicos por dia e que a planta localizada no Pará atende o
94 Amapá. No ponto Sr. Luciano ressaltou que precisa receber por e-
95 mail a quantidade de leitos que o governo pretende abrir para que
96 não ocorra hipótese de crise de desabastecimento no Amapá. Dando
97 prosseguimento na pauta Sra. Joana apresentou os dados do
98 Hospital Unimed e disse que a taxa de ocupação encontra-se
99 estável, sendo 30% de ocupação dos leitos de UTI e em torno de
100 80% de leitos clínicos, que estão desativando os leitos abertos na
101 época do pico, que estão recebendo dois pacientes vindo de Manaus,
102 que estão com certa tranquilidade. Passou-se palavra para Sr.
103 Sandro apresentou os dados epidemiológicos e destacou que houve
104 um aumento na semana 02, e na semana 03 diminuiu, mas não
105 tem como afirmar que esses dados simbolizam uma queda
106 significativa, que a taxa de infecção esta alta de 1,08. E olhando
107 pelas semanas o número de óbitos diminuíram, os atendimentos
108 começaram a diminuir também, as receitas estão acompanhando o
109 mesmo ritmo de diminuição, que ocorreu boa repercussão nas
110 rondas feitas nos finais de semanas pela Secretaria Municipal junto
111 com a SVS, que estão em treinamento para atender pacientes na
112 sala vermelha nas Unidades Básicas de Saúde, informou ainda que
113 não tiveram problema para regular pacientes para HU, que a
114 resposta tem ocorrido dentro de 3 horas, ocorreu apenas um caso
115 isolado de um paciente que estava se recusando a ser transferido.
116 Na oportunidade Dra. Fábيا questiona Sr. Sandro quanto ao termino
117 da semana epidemiológica. Em resposta Sr. Sandro informa que a
118 semana epidemiológica fecha no sábado. Noutro ponto Dra. Maribel
119 questiona sobre qual protocolo a SEMSA esta adotando para
120 pacientes que saem com receita, se existe trabalho de orientação,
121 prevenção, se são direcionados pra UBS ou saúde da família. Sr.
122 Sandro responde que o paciente estão realizando mapeamento para
123 identificar onde estariam os maiores casos de infecção, estão
124 fazendo recaptção de profissionais ainda de forma muito tímida.
125 Noutro ponto de pauta passou-se palavra para Sr. Alcedir informou
126 que atualmente estão 45 pacientes internados, sendo 17 em UTI,
127 que comparado as semanas anteriores tiveram pequena queda.
128 Passou-se palavra para Sra. Iracilda que apresentou os dados do
129 Parecer Técnico-Científico nº 04/2021, destacou que tiveram leve
130 decréscimo de 10%, que na evolução de óbitos tiveram leve declínio,
131 que janeiro caminha para terminar parecido com o mês de
132 dezembro. Na oportunidade Dra. Fábيا questiona sobre a ocupação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

133 de leitos, que no relatório aponta 65%, mas recebem no Ministério
134 Público, diariamente denúncias sobre a taxa de ocupação de leitos
135 de 100%, e esses dados podem influenciar muito podendo ocorrer
136 um pico e o Estado não conseguir perceber. No ponto o
137 Desembargador questiona também a desconformidade da análise
138 dos dados, principalmente com relação aos leitos de UTI, desde
139 dezembro essa desconformidade vem ocorrendo, o que vem
140 impactando nos dados do relatório. Em resposta Sra. Iracilda diz
141 que foi postado no grupo o relatório, que na pagina 15 mostra o
142 indicador utilizado no cálculo, por exemplo se o Município de
143 Laranjal do Jarí e Oiapoque possuem leitos de UTI, entra nos
144 cálculos. NA oportunidade Dra. Fabia questiona que paciente que
145 agrava no interior do Oiapoque por exemplo vem para capital, que
146 seria interessante que a SESA apresente a quantidade correta de
147 leitos de UTI. Em resposta Sra. Iracilda pede para que seja
148 esclarecido pela Dra. Maracy, pois a SESA é ponte oficial, que os
149 dados são repassados. Em resposta Sra. Iracilda informa que no
150 Oiapoque não tem leitos de UTI só de estabilização e clínicos, mas
151 Laranjal do Jarí tem leitos de UTI. Na oportunidade Sra. Silva
152 questiona se o relatório e diz que Oiapoque consta na taxa de UTI
153 zero estando esse dado subestimado, pois os pacientes vem para
154 Macapá. Também falou sobre a taxa de positividade, que consta
155 apenas o PCR, subestimando os dados. Pediu a palavra Sra. Emilia
156 informou sobre os relatos das equipes de enfermagem, que estão
157 em grande preocupação por não ter vagas para internar o paciente,
158 e que os profissionais não estão sendo ofertados equipamentos
159 EPIS adequadas para o trabalho. Pediu a palavra Dra. Maribel que
160 solicitou que na próxima apresentação a Dra Iracilda trouxesse em
161 uma forma de melhorar os indicadores. Solicitou também que fosse
162 informado o tempo que cada paciente passa na UTI. No ponto Dra.
163 Larissa acredita que fazendo cálculos corretos e qualificando
164 estejamos no faixa roxa, de alto risco. Na oportunidade Ronaldo
165 enfatiza que sempre foi critico assíduo dos critérios avaliativos, que
166 esse critério não é pertinente esta desatualizado, que os dados
167 devem ser alimentados com correção, que devemos ser honestos,
168 que a questão da previsibilidade da expansão dos leitos de UTI,
169 pediu para comitê acompanhar e MP, solicitou que a SESA
170 fornecesse o prazo real, que deve existir trato real e respeitoso com
171 a população. Em resposta Iracilda diz que a questão do instrumento
172 com exceção de Laranjal do Jarí, todos recebem a mesma
173 pontuação de Macapá, pois não tem leito de UTI, sobre o
174 questionamento da Dra. Maribel diz que o tempo de internação
175 estava em media de 26 dias, e sobre a fala do Dr. Ronaldo concorda
176 em parte, mas que é o único instrumento que tem para tomada de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

177 decisão estão na terceira edição e todos os dados tem fonte
178 específica e utiliza para não ter problema e faz de acordo com o que
179 recebe. Pediu palavra Dra. Fabia e levantam alguns
180 questionamentos, que apesar de estarmos na coloração laranja
181 ainda assim as restrições no decreto continuam as mesmas, pois
182 shopping continuam abertos, que pela coloração deveriam estar
183 fechados, que muda de faixa, mas as restrições continuam as
184 mesmas, que o relatório não diz de forma clara a conclusão efetiva
185 direta, por exemplo os restaurantes eram para estar fechado, mas
186 continuam abertos, que relatório deixou de ser objetivo. Em
187 resposta Dra. Iracilda diz que como instrumento de gestão fazem
188 boletim, que é entregue para o governador que antes de tomar
189 decisão ouve todas as áreas, mesmo com instrumento, são
190 lançadas propostas, mas ele que vai acatar ou não, parte sanitária,
191 nunca toma decisão aleatória, que o boletim tem sido automático,
192 apenas fazem correções. Na oportunidade Desembargador Carlos
193 Tork passa palavra Sr. Juan que diz que anotou os questionamentos
194 e ressalta que estamos vivendo uma pandemia quando estiver
195 saturação, não sabe em que dimensão vai chegar, que mais leitos
196 serão ativos, que os leitos são dinâmicos, que hoje o problema esta
197 relacionado a equipe para avançar na abertura de leitos de UTI. Na
198 oportunidade Presidente do comitê Carlos Tork disse que vai manter
199 proposição de atenção ao relatório, uma vez que não esta coerente
200 e que insiste desde dezembro para correção desses dados, que
201 chegou a essa conclusão porque o Diretor do HU informou ao
202 Comitê que a ocupação estava em 100% e solicita ao Secretário de
203 Saúde Sr. Juan para aprofundar melhor os dados do HU e
204 apresentar na próxima reunião. Na ocasião Dra. Fábria ressalta que
205 deve retratar a realidade, que no próximo boletim seja apresentado
206 o quantitativo de leitos que realmente nós tenhamos solicitado ao
207 Comitê que recomendasse que os gestores dos municípios e do
208 Estado tomassem as medidas de restrição de pessoas de acordo
209 com o parecer técnico do COESP. Na oportunidade foi aprovada
210 também por unanimidade recomendação do Dr. Ronaldo, para que
211 seja realizado o cálculo de taxa de ocupação de leitos e de previsão
212 de esgotamento de leitos de terapia intensiva, a ser aplicado no
213 Instrumento de Classificação de Risco ou outras finalidades, sejam
214 considerados apenas os leitos de UTI que atendam minimamente as
215 recomendações contidas na RDC 07 de 24/02/2010-ANVISA. Ato
216 contínuo, Desembargador Carlos Tork ressaltou que o Comitê é um
217 fórum aberto, que não temos poder para determinar, apenas
218 fazemos recomendações. E informou ainda, que a próxima reunião
219 será coordenada pelo Dr. Navarro em razão de suas férias. Em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

220 seguida o presidente do Comitê agradeceu a colaboração de todos e
221 encerrou a reunião.

222
223

224 RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
225 SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

226
227

228 Recomendar, por unanimidade, aos gestores dos 16 municípios do
229 Estado Amapá e ao gestor do Estado do Amapá a adoção das
230 medidas de restrição de circulação de pessoas, de acordo com o
231 parecer técnico do COESP, datado de 25.01.2021.

232

233 Recomendar, por unanimidade, que, para efeito do cálculo de taxa
234 de ocupação de leitos e de previsão de esgotamento de leitos de
235 terapia intensiva, a ser aplicado no Instrumento de Classificação de
236 Risco ou outras finalidades, sejam considerados apenas os leitos de
237 UTI que atendam minimamente as recomendações contidas nos Art
238 13 (exceto parágrafo 1), 14 e 15 da RDC 07 de 24/02/2010-ANVISA.

239

240

241 Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado *Machado*,
242 Secretária executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada
243 após aprovação por todos.


244

245

246

247

248


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus

249

250

251

252